POLÍTICA

CONSTITUINTE

**Dia 6 ou
7 de agosto,
a largada
no Congresso.**

O Congresso já reservou datas para a leitura e início da tramitação da mensagem do Executivo convocando a Assembleia Nacional Constituinte: será no dia 6 ou 7 de agosto próximo, segundo anunciou o presidente do Senado, José Fragelli. E o texto já estará corrigido em relação à data de instalação da Constituinte e à preferência na tramitação, de acordo com mensagem aditiva enviada na semana passada.

Já o ato de formação da comissão de notáveis encarregada de estudar sugestões e elaborar um anteprojeto de Constituição será assinado ainda esta semana pelo presidente José Sarney. E a lista de nomes será divulgada quinta-feira pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra.

A tramitação

O senador José Fragelli explicou que as leituras de mensagens, em sessões conjuntas, são feitas geralmente no meio ou no fim da semana. A idéia, no caso da leitura da mensagem convocando a Constituinte, era proceder a leitura no dia 1º ou 2 de agosto, mas as duas datas já estão ocupadas com a leitura de outras propostas que não puderam ser lidas no final de junho, antes do recesso. De qualquer forma, a leitura no início de agosto só foi possível em função da remessa, pelo Planalto, da mensagem aditi-

va pedindo prioridade para seu recebimento.

Na mesma sessão, dia 6 ou 7 de agosto, será constituída a comissão mista de deputados e senadores encarregada de estudar a matéria, correndo então um prazo de oito dias para a apresentação de emendas.

Desde já vários parlamentares anunciam a intenção de propor emendas. Uma delas, do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) determina que os constituintes sejam eleitos por voto majoritário, independente de partido. A seu ver, a fórmula facilitaria a recomposição partidária.

O deputado Marcelo Linhares (PDS-CE) pretende emendar a proposta para determinar que na escolha dos constituintes os eleitores preencham um questionário com indagações "básicas", como a definição entre os regimes parlamentarista ou presidencialista, a duração do mandato do presidente, o unicameralismo ou o atual bicameralismo, e a questão da divisão territorial do País.

Também o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) pretende propor emenda, "se o assunto não tiver uma melhor regulamentação", determinando a realização de plebiscito, juntamente com as eleições de 1986, para definir se os senadores eleitos em 1982

participarão ou não da Constituinte. Sua proposta é que os eleitores de cada Estado se manifestem sobre seu senador.

A comissão de notáveis

A questão da formação da comissão de notáveis, que fará os trabalhos preliminares da Assembleia Constituinte, foi debatida ontem entre o ministro da Justiça Fernando Lyra e o presidente Sarney, tendo sido decidido, além das datas da formação e divulgação dos nomes, que a presidência ficará mesmo com o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, convidado pessoalmente

pelo presidente eleito Tancredo Neves. Mas o senador Fernando Henrique Cardoso, candidato a prefeito de São Paulo, não mais ocupará a secretaria, permanecendo, porém, como relator, o jornalista Mauro Santayana.

O próprio Santayana informou que os nomes que comporão a comissão ainda estão sendo estudados por Sarney, entre aqueles constantes da lista de 30 deixada por Tancredo e outros sugeridos por Afonso Arinos. Santayana adiantou que a lista final conterà um máximo de 35 nomes, e embora na lista de Tancredo não houvesse nenhum representante classista, já se sabe que haverá representantes desses setores por sugestão de Arinos.

Debate na ESG

O papel dessa comissão, aliás, foi um dos temas do líder do PMDB na Câmara, ontem, durante o debate "Conjuntura política", na Escola Superior de Guerra, no Rio. Pimenta, ao afirmar que a Constituição de 87 "deve ser o resultado de uma grande convergência nacional, como desejava Tancredo Neves", disse que "a comissão constitucional deve ter a tarefa de estimular o debate, para recolher propostas e encaminhá-las ordenadamente à Assembleia Nacional Constituinte".

Para Pimenta, o que se busca, com a Constituinte, "é a legitimidade do poder estatal, não especificamente do atual governo, mas deste e dos demais governos da República, na medida em que são os representantes do poder estatal".

"O poder só é legítimo — acrescentou — quando é a expressão da vontade da maioria, respeitados os direitos das minorias, para que se possa aferir corretamente esta vontade majoritária, é indispensável a existência de um arcabouço jurídico-legal a qualificar a via pela qual ela deve ser expressada e o modo pelo qual o Estado deve exercê-la."

Pimenta defendeu para a Constituição um texto "genérico na conceituação e conceitual na forma", ao contrário do atual, "analítico, detalhista".

Outro participante, o líder do PMDB no Senado, Carlos Chiarelli (RS) mostrou-se preocupado com o "desconhecimento do povo com relação à missão da Constituinte, com base em pesquisas já realizadas". Defendeu também a adoção do regime parlamentarista e o "recadastramento dos eleitores, que custaria cerca de Cr\$ 600 bilhões, mas seria compensado pela garantia de uma verdadeira avaliação do eleitorado brasileiro".